



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences
ISSN: 1679-7361
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Lima dos Santos, Raimundo
Percursos da história cultural
Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 31, núm. 2, 2009, pp. 205-212
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325326011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Percursos da história cultural

Raimundo Lima dos Santos

Universidade Federal de Goiás, 74001-970, Cx. Postal 131, Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: santoshistoria@hotmail.com

RESUMO. A proposta deste artigo é fazer um passeio epistemológico, com a intenção de explicar parte da trajetória de produção do conhecimento histórico, nas últimas décadas, analisando mudanças em seus conceitos sobre as fontes, metodologia e sobre a finalidade dessa ‘ciência’. Entendemos que esses quatro pontos apresentados podem formar um conjunto que resulta no conhecimento histórico. A pretensão é demonstrar as diversas mutações ocorridas no seio da historiografia, partindo da concepção estrutural (especialmente marxista) da história para uma mais relativista, e demonstrar como o debate acerca da história tem revelado interesses por temas marginais. A visão de uma história mais fragmentada modifica seu horizonte, suas fontes e sua finalidade e nessa mudança faremos nossa abordagem.

Palavras-chave: história, fontes, metodologia, finalidade.

ABSTRACT. Tours of cultural history. The purpose of this article is to take an epistemological tour, with the intent of explaining, in part, the production of historical knowledge in recent decades, examining changes in its concepts of sources, methodology, and on the purpose of this ‘science’. We believe that these four points can form a set that results in historical knowledge. The intention is to demonstrate the various changes occurring within historiography, from the structural design of history to more relativist concept approach, and demonstrate how the debate about history reveals interest in marginal themes. The vision of a more fragmented history modifies its horizon, sources and purpose.

Key words: history, sources, methodology, purpose.

Introdução

É sabido por todos que a produção do conhecimento historiográfico sofreu uma série de transformações nas últimas décadas. O grande império de uma ciência explicativa capaz de abarcar o mundo enfrenta uma crise epistemológica, porque se apresenta cada vez mais com menos capacidade de explicar os problemas suscitados pela atualidade. Ao percebermos que o mundo não caminha retilíneamente para a solução de problemas colocados pela sociedade, surge o interesse por um olhar diferente a respeito de determinadas abordagens que terão como parâmetros não mais o todo por si mesmo, mas por meio das partes.

Dividimos o artigo em quatro partes, começando com um conceito de história. Partimos do conceito mais geral, fizemos uma abordagem que tem como elementos as origens, a totalidade, o tempo linear, e chegamos à concepção de história fragmento, com as genealogias, as descontinuidades, o micro. No segundo ponto, abordamos a noção de fonte, permeada por essas duas visões de história. Percebemos que numa história de influência positivista, a noção de fonte está evidentemente

influenciada pela noção de documentos escritos, enquanto na visão historiográfica mais recente, chamada de ‘história nova’, essa visão se amplia a qualquer mecanismo do qual o historiador possa tirar alguma informação útil, abarcando de um monumento a um gesto humano.

No terceiro item abordamos a metodologia da história nessas duas concepções; tal metodologia, com fontes limitadas, necessariamente será diferenciada de outra, que tenha por base a literatura, a linguagem, a psicologia, dentre outras formas de abordagens. Essa ampliação metodológica da história implica uma ‘maneira de fazer’ mais elástica, para atender as necessidades de abordagens mais problematizadas.

O quarto item trata da finalidade na história. As mudanças ocorridas em sua estrutura como um todo não poderia deixar de influenciar seu sentido, no que diz respeito a uma função para a história. Ao longo do tempo, seus ensinamentos para a sociedade são vistos como mais ou menos influentes, mas podemos ainda dizer que o maior objetivo da história é ser útil à humanidade, visto que busca entender e explicar o mundo.

Definição

Ao iniciarmos este texto, partiremos da maneira mais elementar, ainda que não menos importante. Podemos começar com a indagação: o que é história? Transpassando a primeira impressão, ao adentrar numa definição aparentemente desnecessária, deparamo-nos com alguns conflitos acerca do conceito, tendo em vista a falta de um consenso. Partiremos da palavra de um grande historiador. Para Jacques Le Goff:

A palavra ‘história’ (em todas as línguas românicas e em inglês) vem do grego antigo *historie*, em dialeto jônico [keuck, 1934]. Esta forma deriva da raiz indo-européia *wind-*, *weid*, ‘ver’. Daí o sânscrito *vettas*, ‘testemunha’ no sentido de, aquele que vê [...] historein em grego antigo é ‘procurar saber’, ‘informar-se’. História significa, pois ‘procurar’ (LE GOFF, 1994, p. 17).

No terceiro item abordamos a metodologia da história nessas duas concepções; tal metodologia, com fontes limitadas, necessariamente será diferenciada de outra, que tenha por base a literatura, a linguagem, a psicologia, dentre outras formas de abordagens. Essa ampliação metodológica da história implica uma ‘maneira de fazer’ mais elástica, para atender as necessidades de abordagens mais problematizadas.

A partir desse momento, uma história das leis, dos processos, cede lugar a descontinuidades e verdades múltiplas. A identidade que partia de uma configuração sólida e homogênea transforma-se em definições plurais, e “torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente” (BURKE, 2005, p. 13) nos processos sociais e culturais relacionados. Se antes um sentimento de evolução condicionava os historiadores à busca de uma sociedade progressivamente melhor, Freud (2005, p. 6), por exemplo, traz uma nova ideia a respeito do homem que busca viver em sociedade:

Foi precisamente por causa dos perigos com que a natureza nos ameaça que nos reunimos e criamos a civilização, à qual também, entre outras coisas, se destina a tornar possível nossa vida comunal, pois a principal visão da civilização, sua *raison d'être* real, é nos defender contra a natureza.

Cai por terra o ‘super-homem’ nascido do iluminismo, dando lugar a outro, mais modesto, mais consciente de suas fraquezas e limitações. A história passa a ser vista, em parte, como fruto da cultura do próprio historiador. Ainda que o termo cultura seja bastante amplo, a definição de Thompson (1998, p. 17) nos ajuda a complementar a proposição do raciocínio. O termo pode ser definido como um conjunto de diferentes artifícios

que envolvem troca, portanto, reciprocidade, “entre o escrito e o oral, o dominante e o dominado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos”. É como fruto desses conflitos que se gera uma cultura. Isso nos serve para dizer que a história necessariamente é fruto de negociações, de imposições, de ocultamentos em benefício de uma verdade sempre disposta a reconfigurar-se.

Para muitos, a linguagem desempenhará um papel importante na construção do discurso historiográfico. Na visão de Jacques Le Goff, segundo a obra *Diálogos Sobre a Nova História*, há duas classes de historiadores: a dos nominalistas e a dos realistas (DUBY; LARDREAU, 1989). Os primeiros definem-se como os que fazem da história uma consequência de discursos produzidos sobre o passado. O real, numa definição mais prosaica do termo, torna-se algo menos palpável. Para a segunda classe de historiadores, o passado apresenta-se de forma mais substantiva, como uma necessidade restauradora. Diferentemente dos nominalistas, esses ‘realistas’ trabalham na proposição de construir um conhecimento historiográfico positivo, ainda que com o reconhecimento das limitações implicadas nessa busca, e ainda que reconheçam a produção de conhecimento dos nominalistas.

Georges Duby clareia mais a proposição de seu mestre afirmando ser a ‘ciência’ histórica uma arte literária, porque ela “só existe através do discurso. Para que seja boa, é preciso que o discurso seja bom” (DUBY; LARDREAU, 1989, p. 45). Em meio aos novos debates referentes à história, agregam-se novos elementos, a saber: linguagem, discurso, narrativa, bem como a noção de ‘reconstrução’ para a arquitetura do discurso historiográfico. Perante as novas proposições metodológicas no campo da história, Paul Ricoeur (1999, p. 92) fará a seguinte indagação:

O que é, portanto, uma história (story) e em que consiste contar uma história? Uma história descreve uma série de ações e experiências levadas a cabo por alguns personagens reais ou imaginários. Esses personagens são representados em situações que mudam [...]. Por sua vez, essas mudanças põem em relevo aspectos ocultos da situação e dos personagens, e dão lugar a uma prova ou a um desafio (predicament) que reclama um pensamento, uma ação ou ambos. A resposta que se dá a essa prova suporá a conclusão da história¹.

Percebe-se aqui o caráter mais elástico da verdade historiográfica. A história é percebida como um conhecimento que se constrói

¹ Traduzido pelo autor.

circunstancialmente, quebrando o gesso do ‘acontecido’ para dar lugar ao relato. O historiador “transforma em história um conjunto de acontecimentos considerados como um todo” (RICOEUR, 1999, p. 137)².

A historiadora Pesavento (2003) afirmará que o narrador é aquele que se vale da retórica, cautelosamente separando, escolhendo as palavras para construir condicionalmente seus argumentos, por meio de uma linguagem adequada à sua visão de mundo, na intenção de convencer com ‘uma verdade’ e não ‘a verdade’.

Esta é a função da frase narrativa, como atesta Paul Ricoeur (1999, p. 90) ao afirmar que ela “é uma das descrições possíveis de uma ação em função daqueles acontecimentos posteriores”³. Com base num raciocínio semelhante, Irinée Henri Marrou (1974) proporá que o passado, um dia presente, foi uma realidade incompreensível; confuso, inabarcável como nosso presente é, impossível de ser capturado em sua plenitude, apenas na sua porosidade. É por meio da capacidade de síntese que o historiador é capaz de ‘pintar’ o passado, ou ‘resgatá-lo’.

Os termos ‘pintar’ ou mesmo ‘reconstruir’ podem ser facilmente aplicáveis por ser o passado uma realidade existente ‘apenas’ na sensibilidade do homem do presente. O historiador jamais terá contato direto com os agentes investigados (QUADROS, 2005). O êxito do historiador será, portanto, destilar um fragmento de realidade em relação ao passado, por meio do uso das fontes. A produção do historiador pela escrita, ainda que se apresente como um discurso verdadeiro, não escapará a essas armadilhas epistêmicas.

A história é sempre relato, afirma Roger Chartier (2003), mesmo quando pretende ser o contrário. Para esse historiador, toda escrita histórica faz-se por meio de modelos pertencentes ao relato ou à encenação. Assim, a história é sempre versão e não verdade, no sentido mais literal do termo. O verdadeiro e o falso são atributos da linguagem. Hobbes (2003) já anuncia algo nessa perspectiva, quando afirmou que sem linguagem não há verdade nem mentira.

Tendo em vista que a linguagem é indissociável do indivíduo, a representação do mundo partirá das lentes de quem transmite, seja em sua forma consciente ou não. A linguagem é um depósito de pré-construções naturalizadas, afirmou Pierre Bourdieu (1989, p. 39), ainda que ignoradas como elementos “que funcionam como instrumentos inconscientes de construção”. Nenhum historiador

poderá fugir a essas subjetividades que parecem expor fraquezas, no entanto, apenas demonstra que a história é uma ciência com suas próprias especificidades, diferentemente de outras que se propõem a verdades mais cristalizadas.

A isso se agrega a afirmação de Francisco Falcon (2002) que apresenta a história como epistemologicamente frágil, por se tratar, inevitavelmente, de uma construção pessoal do historiador, com base em sua visão de mundo. Nesse sentido, o passado pode ser uma espécie de *flash*, condicionado por um determinado momento ou contexto e esse mesmo *flash* poderia ter um enfoque diferenciado em outra ocasião. Para Michel de Certeau (1982), “o passado é também ficção do presente”. A explicação do passado não pode fugir a essa relação entre presente e passado.

O presente se encarregará de dar as coordenadas de leitura do passado, a começar pelo próprio uso das fontes, a organização de leituras e as interpretações. Nada no passado foge às delimitações do presente, poderíamos afirmar, se quiséssemos ser mais radicais. Certeau (1982, p. 46) categoricamente afirmará: “a história não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas”.

Isso torna o historiador, em dada medida, um artifício que usa um tipo de violência para escrever a história, uma vez que o passado não tem voz própria, senão a voz que é dada pelo historiador. Mas antes de dar voz, ele ‘mata’ esse passado, para em seguida ressuscitá-lo à sua maneira. “O historiador irá escrever o corpo do outro”, afirma Certeau (1982, p. 9), traçando uma história do dominador, pois ao dominado só cabe o silêncio; ao historiador, como um artista, cabe com seu pincel desenhar o outro à sua imagem e semelhança.

Essa premissa ajuda estreitar o ciclo de entendimento acerca da verdade histórica. A história não pode ser todo o passado. A memória tem o poder de ser mais completa que a história no aspecto de abarcamento de um real que se passou, pois a memória olha os grupos na perspectiva interna, enquanto a história faz o inverso; por ter um propósito de verdade metodológico, esta olha à distância para os grupos a fim de encontrar uma ‘verdade crítica’.

Em conclusão, podemos afirmar que todas as colocações feitas no sentido de relativizar a história não pretendem, de forma alguma, enfraquecer seu estatuto de verdade, apenas distanciá-la do cartesianismo. A contestação de sua universalidade não significa a redução de seu valor. Além do mais, o reconhecimento de suas limitações não a credencia como uma ficção no sentido literal do termo ou como uma verdade hierarquicamente inferior.

² Traduzido pelo autor.

³ Traduzido pelo autor.

Alguns se perguntariam, então, a história pode ser uma ciência? Ela explica o passado? Ela é fato ou ficção? As necessidades do momento nos remetem a novas sensibilidades, com seus critérios próprios de verdade. Por conta disso, podemos retomar a frase de Le Goff, repetida por François Dosse (1992, p. 37), quando afirmou ser a história “uma forma de atividade simultaneamente poética, científica e filosófica”.

Um relacionamento com as fontes

Pensar a produção do conhecimento histórico implica pensar uma inevitável relação com suas matérias-primas: as fontes. Como podemos definir essas fontes? Por muito tempo as delimitações das fontes resumiram-se a documentos escritos e ‘oficiais’. Assim a história só existia como expressão do Estado, para as classes mais abastardadas do poder econômico e político. Em síntese, a história substanciava-se como a expressão das minorias, dos ‘grandes eventos’, dos ‘grandes homens’ e assim por diante. Aos poucos esse legado foi se quebrando, dando margem a novas percepções e novas visões sobre o mundo.

O questionamento do evolucionismo, da idéia de progresso, desloca a reflexão da história para outros terrenos [...]. Esse período é marcado pelas novas ciências sociais, como a lingüística, a psicanálise, a antropologia e, sobretudo [...] a sociologia, com a escola durkheimiana [...] (DOSSE, 1992, p. 26).

Esses elementos podem ser postos como ponto de partida para a compreensão das novas formas de relacionamento, no que se refere à operação das fontes. Para os fundadores da *Revista dos Annales*, o historiador deve ir além do que ditam os documentos, deve questioná-los, problematizá-los (DOSSE, 1992, p. 76).

A escola dos Annales propõe novas formas de relacionamento com as fontes. Novas perspectivas de abordagens dilatam-se a partir dessa otimização diferenciada das fontes, novos métodos evidenciam-se, a saber: o estatístico, o linguístico, o demográfico, o arqueológico, o método da psicologia, dentre outros. Com isso, o horizonte das abordagens estende-se aos costumes, à população, à paisagem, bem como a outras temáticas semelhantes.

Essa elasticidade sofrida pela história em relação ao uso das fontes provoca uma cadeia de transformações operatórias, na qual vários conceitos, se não são quebrados, pelo menos, são reordenados, para entender as necessidades da construção de uma ‘nova história’. A começar pelo que chamamos de fonte e documento. “De resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das neves eternas,

o historiador faz outra coisa”, dirá Michel de Certeau (1982, p. 80) ao se referir a uma construção historiográfica que rompe com a tradição positivista.

Para esse alargamento, a noção de ‘documento’ toma outro viés, o de ser um construto e não mais um dado vítrico, ou um monumento como prefere Jacques Le Goff. Marrou (1974, p. 67) afirmará que, para ser um documento, sua função deve ser uma fonte de informação útil ao historiador, no ‘conhecimento’ do passado humano. Partindo desse ponto, a noção de documento “dilata-se e acaba por abranger textos, monumentos, observações de toda ordem”.

Por outro lado, por mais vasto que seja o universo de relacionamento com as fontes, é importante lembrar que sem o espírito do historiador, sem sua sensibilidade em captar do simples informações importantes, sem enxergar no vestígio um acontecimento significativo, de nada valerão as fontes. A habilidade do historiador é imprescindível para uma boa ‘construção’ historiográfica, uma fonte nada diz ao observador ingênuo. Quem dá testemunho disso é Koselleck (2006, p. 188) ao dizer que uma fonte não pode falar pelo historiador, ela até pode impedi-lo de falar, em determinado momento: “as fontes nos impedem de cometer erros, mas não nos revelam o que devemos dizer”. Um documento é sempre buscado ou ‘construído’; um documento pode trazer marcas de um discurso que deve ser relativizado, contestado pelo historiador, pois sua fala autônoma pode trazer à tona a voz de um passado que se impõe de maneira incompatível com as necessidades do presente. Todas as fontes lançam um véu sobre a realidade. Para evitar armadilhas como esta, Le Goff (1994, p. 110) alerta:

Todo documento é um monumento que deve ser des-estruturado, des-montado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é ‘falso’, avaliar a credibilidade do documento, saber desmitificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamento destinado a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade [...].

Para ser vestígio com valor histórico, é necessário que haja um discurso capaz de dar suporte à análise de vestígio ou documento. As fontes, ainda que às vezes se proponham a falar por conta própria, são apenas suportes para uma releitura do passado (DUBY; LARDREAU, 1989). Pelo fato de o passado não existir mais, a relação de apreensão deste passado é sempre delicada, quando se trata do peso que tem a expressão: ‘conhecer o passado’. *A priori*, ele é impossível de ser compreendido; por outro lado, é possível extrair alguns *insights*, alguns elementos que

podem ser tomados pela totalidade. Se tomarmos o passado como uma figura, só poderemos descrevê-lo em parte, por meio da linguagem. Necessariamente essa parte sempre será relativa. Existe uma relação entre o passado e o presente, na qual um constrói o outro mutuamente, como se um fosse espelho do outro.

A singularidade dos eventos históricos, as novas necessidades de uma explicação mais relativista sobre a verdade do passado, aproximam a história do gênero literário conservando, ainda, seu estatuto de verdade. Isso implica uma necessária revisão metodológica de uso de artifícios bastante diversificados. Com as influências das novas ciências sociais, a exemplo da psicanálise, os historiadores começam a aceitar a ideia de contar ‘histórias’ (NETO, 2004), utilizando-se de artifícios como os sentimentos e as representações. Isso implica um privilégio de novos objetos, como um indivíduo ou um episódio à margem dos ‘grandes’ acontecimentos. As explicações podem surgir em meio aos ‘pequenos’ eventos.

Todos abandonam os tempos extraordinários em troca da memória do cotidiano das pessoas comuns. Uma topografia estética nova instala-se, conforme se fala de uma aldeia, das mulheres, dos migrantes, dos marginais [...] Sobre este campo de investigação novo, a etnologia interna alimenta-se da crise da noção de progresso e desabrocha em um presente imóvel [...] (DOSSE, 1992, p. 14).

Uma das consequências dessas mudanças é a busca do não-dito, como fonte construtora do discurso historiográfico. O universo da comunicação humana passa a ser requerido como campo de investigação de grande valor. Textos, expressões corporais, tons de voz comportam mensagens importantes acerca de pessoas ou grupos. Essa busca pelas sensibilidades desperta novos olhares, porque se exprimem em atos, ritos, em palavras e imagens. Estes artifícios falam do real e do imaginado, do conhecido e do desconhecido sem distanciar completamente um elemento do outro. Podemos afirmar que esse conjunto de novas operacionalizações das fontes historiográficas está no universo das sensibilidades ‘denominadas desejo de época’. A necessidade de cada tempo e lugar é inseparável da produção intelectual do historiador.

Certeau (1982) irá mais adiante nessa explicação afirmando que toda pesquisa estará vinculada com a instituição influenciadora da produção. Ela pode ser social, econômica, política ou cultural. Esses lugares condicionam as escolhas dos temas, as fontes, o método de operação e, por fim, a produção historiográfica. Fazemos isso, muitas vezes, sem

perceber o peso dessas influências; com frequência, isso se dá de forma tão sutil que desconhecemos os limites claros onde termina o historiador e onde começam as instituições.

A relação entre o historiador e suas fontes determina a maneira de sua produção. Seu tratamento, elaboração, escolha, exclusão, evidenciação e ocultamento dirão que fisionomia terá sua produção historiográfica. Ela pode ser de um povo, de um homem, de uma comunidade, de uma nação, pode ser de ideias, de sonhos, de medos, enfim, pode ser de qualquer natureza. Ela pode ser falaciosa, reveladora, pode libertar, ou oprimir. Com as fontes tudo se torna possível, dependendo de quem as opera, de como as opera em favor de um projeto historiográfico.

Operação historiográfica

Descrevemos a imprescindibilidade das fontes para a ‘construção’ da história. Entretanto, de nada servem as fontes fora da conjugação de um *modus operandi* capaz de produzir respostas às questões indagadas pelo historiador. É na ação metodológica que cada história recebe sua face própria, sua identidade, como reflexo da identidade do próprio ‘artesão’ da história.

É tarefa da razão tornar sistemática a unidade de todos os atos empíricos possíveis de entendimento, do mesmo modo que o do entendimento é ligar por conceitos a diversidade dos fenômenos e submetê-los a leis empíricas (KANT, 2001, p. 491).

A intenção dos teóricos positivistas foi encontrar uma verdade cartesiana no bojo da historiografia, dessa maneira a história poderia ser considerada uma ciência de conhecimento ‘universal’ como a matemática. O objetivo foi “promover uma ciência exata das coisas do espírito” (MARROU, 1974, p. 46). Ainda que os tempos ‘ingênuos’ do positivismo tenham se dissipado em meio às necessidades metodológicas do presente, pode-se afirmar que as diversas operações do conhecimento buscam, ainda que de forma inconsciente, uma aproximação com as ciências físicas e naturais para elaborar o tratado de sua relativa verdade (ERTZOGUE; PARENTE, 2006).

Fatores variados contribuem para a necessidade de investigação da ‘verdade histórica’, um deles é a ascensão das outras ciências sociais na explicação dos fenômenos sociais. As ideias freudianas terão um papel importante nessa empreitada epistemológica. Sua investigação pelo interior do humano, os sentimentos, as imagens, os comportamentos, colocam em evidência a importância do simbólico e do inconsciente como artifícios imprescindíveis na explicação do universo humano (PESAVENTO,

2003). Outra contribuição importante para essa reelaboração metodológica se dá com as reflexões do filósofo Paul Ricoeur. Na leitura da historiadora Sandra Pesavento (PESAVENTO, 2003, p. 27):

É por meio da hermenêutica de Paul Ricoeur que vem a ser discutidos os distanciamentos e as aproximações entre narrativas literárias e histórica, pondo em causa as dimensões da verossimilhança e da verdade dos discursos.

Podemos perceber aí a fluidez da verdade, aproximando-a ao provável, ao talvez, à dúvida, ainda que não perca o valor para o historiador. Representação do real, não mais o próprio real, essa é a face da história. A verdade como representação não significa uma mera cópia do real, é um reflexo, ponto de partida para uma ‘reelaboração’, de acordo com os julgamentos do historiador, do real. “Sem julgamentos a história perde o interesse” (KOSELLECK, 2006, p. 180).

Reportando a outro interesse, ‘externo’ ao historiador, toda pesquisa historiográfica está inevitavelmente articulada com seu lugar de produção (CERTEAU, 1982), como afirmamos anteriormente. Os métodos de construção do conhecimento já nascem atendendo a essas necessidades; os interesses e as próprias expressões escritas são efeitos da manifestação das necessidades dessas instituições.

As concepções de uma história pura, sem influências externas a quem escreve, bem como as percepções de uma ‘história totalizante’, se não fracassaram, sofreram significativos abalos e acabaram por dar lugar a metodologias fragmentárias e parciais, com um pacto diferente com a verdade, uma vez que ela é colocada na ótica da pluralidade. Evidencia-se, portanto, a clara impossibilidade de se fazer uma história universal, nos moldes tradicionais, e a necessária busca da interdisciplinaridade. O apelo às narrativas provoca um deslocamento, novas leituras sobre o passado e sobre a verdade, dando margem a um conhecimento problematizado, múltiplo e mutável. Não é tarefa do historiador ressuscitar o passado integralmente, tal proposição só pode ser pensada metaforicamente, propõe Marrou (1974). O passado jamais poderá ser reproduzido tal como fora quando era presente. É o fim das origens, capazes de explicar o presente; surge o momento para falar de genealogias. Como o historiador ‘captura’ suas histórias por meio de genealogias? Lynn Hunt (2001, p. 49) explica a teoria de Michel Foucault:

O genealogista/historiador busca o começo, não a origem. Para Foucault essa era um distinção fundamental. As origens implicam causas, os

começos implicam diferenças, uma genealogia, portanto, ‘vai cultivar os detalhes que acompanham todos os começos’.

A metodologia foucaultiana foi apenas uma das várias releituras do paradigma tradicional de operação historiográfica, conduzindo a história a uma totalidade dotada de verdade no singular. A partir dessas formas operatórias, bem como de várias outras, admite-se que a verdade não pode ser uma realidade dada. “O tempo histórico não é tempo vivido” (MONTENEGRO, 1992, p. 10). Existe um abismo que separa o acontecido, tal como foi, e sua representação por meio da operação historiográfica. Acolhem-se as fontes, articulam-se os discursos que culminam numa escrita ‘estranha’, imposta à sua maneira como a voz daquilo que ‘não se falou’, a não ser muito vagamente. O historiador articula diferentes realidades, mesmo onde é incompatível, segundo Certeau (1982). A linguagem entra em cena como um meio imprescindível na ‘construção’ do discurso historiográfico. Para Walter Benjamin (1994, p. 224), articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significapropriar-se de uma reminiscência.

Outra contribuição significativa para as novas formas metodológicas se deu com o surgimento da micro-história, que também se apresenta como oposição às formas estruturalistas de escrever a história. Uma das finalidades-chave da micro-história é a de contribuir com a história ‘geral’ por meio do exemplo particular e único (VAINFAS, 2004). A tarefa não é tentar eliminar, nem mesmo diminuir a importância das explicações gerais; pretende-se apenas partir do simples e singular, na tentativa de chegar a uma reflexão que tenha conexão entre o particular e o geral.

A micro-história tem como seu maior precursor o historiador italiano Carlo Ginzburg, que faz uso de uma metodologia denominada por ele como paradigma indiciário. Na sua elaboração metodológica, o historiador é equiparado ao detetive, que tem por tarefa desvendar um mistério, um segredo. A ideia do mistério traz em seu bojo uma concepção de pluralidade acerca desse passado, visto como possibilidades de revelação. Uma das diferenças entre o historiador e o detetive é o fato de o detetive buscar as causas para explicar o crime, enquanto o historiador deverá buscar as motivações, pois este já conhece o autor do acontecido, e ater-se a elas (ARÓSTEGUI, 2006).

As várias possibilidades de rompimento com a história totalizante levam Peter Burke (2005, p. 46) a afirmar que “estamos a caminho da história cultural de tudo: sonhos, comida, emoções, viagem,

memória, gesto, humor, exames e assim por diante". Georges Duby (DUBY; LARDREAU, 1989) afirmará ainda que é indispensável um certo romantismo para o discurso histórico, uma boa história só pode ser atingida, afirma o historiador, com uma dose desse lirismo, assumindo enfaticamente o caráter literário e poético da história.

Podemos afirmar que a estrutura perdeu espaço para o evento, ainda assim é preciso ter certa dose de cautela a esse respeito para não cairmos num dogma relativista. Podemos nos apropriar da recomendação de Koselleck (2006, p. 137), ao chamar a atenção para não enrijecermos a história nem para a estrutura nem para o evento, pois isso a torna inapropriada. As duas categorias podem dialogar, sem comprometer a história. "Ambos os níveis alternam-se em importância, navegando-se na hierarquia de valores, dependendo da natureza do objeto investigado". Essa boa relação dependerá do bom senso do historiador.

Finalidade

Após tentar dialogar sobre alguns caminhos da história, é difícil não se sentir provocado a indagar: qual seria a finalidade da história? Ela teria uma função? Colocaremos alguns argumentos dessas indagações. É difícil não olhar para a vinculação estreita que há entre experiência e expectativa, na qual a primeira premissa pode servir de suporte à segunda. O historiador Hobsbawm (1998) afirma que é necessário prever o futuro, até certo ponto, com base no aprendizado do passado. Para ele, isso não significa afirmar que esse futuro seja determinável nem cognoscível, mas significa apenas a existência de seu caráter profético.

Para Koselleck (2006, p. 312), a chamada modernidade provoca uma fissura na história, quando é quebrado o princípio de uma eventual repetição do passado. A unicidade e singularidade desse passado conduzem a uma visão diferente do presente e do futuro. A tarefa do historiador, nesse sentido, é a mesma do artesão e não mais a de 'anunciador' das coisas futuras. Isso não significa uma ruptura radical entre expectativa e experiência, apenas uma dose equilibrada, pois "quando as coisas acontecem diferentemente do que se espera, recebe-se uma lição. Mas quem não baseia suas expectativas nas experiências também se equivoca". Essa premissa deve partir do ponto de que na história a verossimilhança do discurso substitui a veracidade, mais impositiva. Produz, na melhor das hipóteses, um efeito de verdade (PESAVENTO, 2003). Para Le Goff (1994, p. 21):

O método histórico só pode ser um método inexato [...] A história quer ser objetiva e não pode sê-lo.

Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tornar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstruir a distância e a profundidade da longura histórica [...].

Um dos problemas da história, quando se propõe a verdade, é a singularidade de seu objeto, que pode ser um acontecimento ou uma série deles. Uma vez passado qualquer acontecimento, jamais teremos a oportunidade de revê-lo outra vez, tal como foi originalmente; mesmo assim, o historiador busca uma forma de explicá-lo.

A história cultural, que tem por tarefa fazer uma leitura por meio de elementos mais sutis, como o imaginário, a representação, a sensibilidade, a identidade e a memória, pretende rever algumas finalidades. Uma de suas posturas foi evidenciar o indivíduo como sujeito, em troca da classe ou grupo. Traz a possibilidade de recomposição de histórias de vida das pessoas comuns, fora das esferas política e econômica dominantes.

Esse desvio proposto por essa nova história traz uma série de críticas no sentido de colocá-la como uma mera ficção. Mas Duby (DUBY; LARDREAU, 1989) dirá que a diferença entre o historiador e o romancista é que o primeiro deve ter em conta a busca, por mais relativa que seja, da veracidade. Ele estava convencido da abstratividade imanente ao discurso histórico, mas isso, de modo algum, é visto como elemento desmotivador para a busca pela explicação da realidade de cada época.

O valor dessa verdade não pode ser hierarquicamente definido porque a história singulariza-se, porém, pelo fato de manter uma relação específica com a verdade, ou antes, por as suas construções narrativas pretendem ser a reconstituição de um passado que existiu (CHARTIER, 2003, p. 84).

Mas quando esse passado é 'ordinário', dos eventos corriqueiros, devemos tomar cuidado com as armadilhas que podem surgir. Foucault chamou a atenção para os perigos que o intelectual não-estruturalista corre. Um desses perigos é o de seduzir-se pelas reivindicações imediatas e específicas, como a de um partido político ou qualquer outro grupo e suas pautas imediatas. Não olhar criticamente para as verdades imediatas pode levar a um empobrecimento da história, pois todas as verdades atendem a interesses. Essas armadilhas são comuns porque a história é feita do agora, jamais poderemos fugir dessa condição. Walter Benjamin (1994, p. 229-30) exemplifica esse contágio do agora: ao falar da Revolução Francesa, afirmou que ela se "via como uma Roma ressurreta. Ela citava a Roma antiga como a moda cita um vestuário antigo".

Se tirarmos todas as ressalvas, ‘poréns’, ‘entretantos’, se retirarmos suas aspas, ao falar da verdade em história, o que sobraria? Para que servirá? Sabemos que “ela pode servir de matéria-prima para as ideologias”, nacionais ou étnicas, das mais diversas ordens de extremismos. Mas se a história é capaz de criar prisões, também pode criar formas de libertar. Pensando nisso Hobsbawm (1998, p. 17) pronunciou-se à dizendo que a “atividade profissional das histórias é desmantelar as mitologias”.

Podemos mais uma vez recorrer a Le Goff para reforçar a afirmação de Hobsbawm que, fazendo um estudo sobre a memória, detectou que desde há muito a memória se constitui como fonte de poder e privilégios. Os reis na Antiguidade criaram instituições-memória, como suas bibliotecas, museus e arquivos, para imortalizar as histórias que os enalteceram. Desde cedo as memórias são memórias de minorias que se imortalizam. Le Goff (1994, p. 177) exorta o historiador, dentre outros cientistas das humanidades, a lutar pela democratização da memória social. Afirma ainda que “devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. Novas histórias podem trazer novas perspectivas para a humanidade. Se perguntarmos como serão essas perspectivas, só o tempo e a prática dos historiadores poderão nos revelar em algum momento no futuro.

Considerações finais

Fizemos uma abordagem sobre os principais elementos de constituição do conhecimento historiográfico. Na atualidade, demonstramos algumas mudanças importantes ocorridas em sua estrutura, partindo do conceito, das fontes, da metodologia e da sua finalidade enquanto ciência humana. Percebemos que todas essas abordagens apresentadas sofreram mudanças no sentido de perceber uma história que, antes, tinha o mundo a abranger, para outra mais humilde, mais consciente de suas limitações, embora não menos importante para o conhecimento histórico.

A história não se modificou pela simples vontade dos historiadores, ela sofreu mudanças porque o mundo também as sofreu, a ciência é apenas parte dessas mudanças. O mais importante perceber é que, por ser ciência da humanidade, essa ciência não perdeu o seu vínculo com a finalidade de ensinar ao homem algo em relação a si mesmo. A história não perdeu sua principal tarefa: a de entender e transformar o mundo dos homens.

Referências

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica:** teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas:** magia e técnica; arte e política. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.
- BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CERTEAU, M. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHARTIER, R. **A história cultural:** Entre Práticas e Representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- DOSSE, F. **A história em migalhas:** dos Annales à Nova História. Campinas: Unicamp, 1992.
- DUBY, G.; LARDREAU, G. **Diálogos sobre a nova história.** Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- ERTZOGUE, M. H.; PARENTE, T. G. **História e sensibilidade.** Brasília: Paralelo 15, 2006.
- FALCON, F. **História cultural:** uma visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FREUD, S. **Vida e obra.** Rio de Janeiro: Nova Cultural, 2005.
- HOBBES, T. **Leviatã.** São Paulo: Martin Claret, 2003.
- HOBSBAWM, E. J. **Sobre a história.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- HUNT, L. **A nova história cultural.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- KANT, I. **Crítica da razão pura.** São Paulo: Martin Claret, 2001.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado:** Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LE GOFF, J. **História e memória.** 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994.
- MARROU, H. I. **Do conhecimento histórico.** Lisboa: Aster, 1974.
- MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória:** a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.
- NETO, M. C. F. Sensibilidades, sociabilidades e representação fazem parte do campo de estudos políticos? **Revista Fragmentos de Cultura Goiana**, v. 14, n. 9, p. 1565-1573, 2004.
- PESAVENTO, S. J. **História e história cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- QUADROS, E. G. Um compromisso com o real: narrativa e história em Paul Ricœur. **Revista Fragmentos de Cultura Goiana**, v. 15, n. 10, p. 1511-1520, 2005.
- RICOEUR, P. **Historia y narratividad.** Barcelona: Paidós Ibérica, 1999.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- VAINFAS, R. Estereótipos da crítica historiográfica: mentalidades e micro-história. **Revista Fragmentos de Cultura Goiana**, v. 14, n. 9, p. 1549-1563, 2004.

Received on December 5, 2008.

Accepted on April 26, 2009.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.